ACESSO AO PAA NA ERA DIGITAL: A MEDIAÇÃO COOPERATIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Access to PAA in the digital age: cooperative mediation in family farming

Ana Carolina Carvalho Araujo 1
Centro de Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT). Jataí, Goiás (GO), Brasil
Kleber Destefani Ferretti 2
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar no Brasil. Ao longo dos anos, passou por ajustes legais e institucionais, incorporando plataformas digitais como Gov.br, PAANet e SICAN para ampliar eficiência e transparência. Apesar dos avanços, persistem desafios como exclusão digital e burocracia, que dificultam o acesso de pequenos produtores. A Cooperativa Agropecuária Regional de Jataí (COOPARJA), fundada em 2023, atua como mediadora jurídica, social e tecnológica, viabilizando a participação dos agricultores. A pesquisa, de abordagem qualitativa e método de estudo de caso, baseada em documentos e normativas, busca compreender como a cooperativa contribui para superar barreiras institucionais e tecnológicas, promovendo inclusão produtiva e desenvolvimento local.
Palavras-chave: Amparo social, desenvolvimento local, exclusão digital, participação.

Abstract: The Food Acquisition Program (PAA), created in 2003, is an instrument for strengthening family farming and promoting food security in Brazil. Over the years, it has undergone legal and institutional adjustments, incorporating digital platforms such as Gov.br, PAANet and SICAN to increase efficiency and transparency. Despite the advances, challenges such as digital exclusion and bureaucracy persist, which make it difficult for small producers to access it. The Jataí Regional Agricultural Cooperative (COOPARJA), founded in 2023, acts as a legal, social and technological mediator, enabling the participation of farmers. The research, with a qualitative approach and case study method, based on documents and regulations, seeks to understand how the cooperative contributes to overcoming institutional and technological barriers, promoting productive inclusion and local development.
Keywords: Social support, local development, digital exclusion, participation.

1. Introdução

O PAA constitui um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar no Brasil, ao articular a produção de pequenos agricultores com o atendimento de populações em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2026). Ao longo de sua trajetória, o programa consolidou-se como política pública relevante para a inclusão produtiva e o desenvolvimento local.

Nos últimos anos, o PAA passou por um processo de digitalização, com a incorporação de plataformas como Gov.br, PAANet e SICAN, visando ampliar a eficiência, a transparência e o controle das políticas públicas (BRASIL, 2026). Contudo, essa modernização tecnológica também evidencia desafios estruturais, sobretudo relacionados à exclusão digital de agricultores familiares, especialmente em contextos rurais marcados por limitações de acesso à internet, baixa escolaridade e dificuldades no uso de sistemas digitais.

Nesse cenário, a Cooperativa Agropecuária Regional de Jataí (COOPARJA) assume papel estratégico ao atuar como mediadora entre o Estado e os produtores, viabilizando o acesso

ao programa e reduzindo barreiras institucionais e tecnológicas. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da cooperativa no contexto da digitalização do PAA, com foco na promoção da inclusão produtiva e do desenvolvimento local.

2. Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de caso (YIN, 2015), com foco na atuação da COOPARJA, no PAA. Baseia-se em levantamento documental e análise de legislações, resoluções e relatórios institucionais do programa, incluindo dados da CONAB e documentos da cooperativa. A escolha da COOPARJA se justifica por seu papel na mediação entre Estado e agricultores familiares, especialmente na operação do programa e no acesso às plataformas digitais (YIN, 2015; BRASIL, 2025).

4. Discussão dos Resultados

4.1. Do modelo institucional à prática: avanços e limites do PAA

O PAA configura-se como uma das principais políticas públicas voltadas à articulação entre produção agrícola familiar e segurança alimentar no Brasil (BRASIL, 2026). Desde sua criação, passou por ajustes institucionais que ampliaram seu alcance e aprimoraram seus mecanismos de execução, acompanhando as transformações nas estratégias de intervenção do Estado no meio rural.

Nesse contexto, o programa baseia-se na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destinados a populações em situação de vulnerabilidade social por meio de redes socioassistenciais. Essa dinâmica contribui tanto para o combate à insegurança alimentar quanto para a geração de oportunidades de comercialização, promovendo a dinamização econômica em nível local.

A operacionalização do PAA envolve a atuação de diferentes entes públicos, como estados, municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsáveis pela execução das políticas e pela destinação dos recursos (CONAB, 2026). Os preços praticados buscam manter compatibilidade com os mercados regionais, garantindo maior estabilidade aos produtores. A diversidade de modalidades do programa amplia as possibilidades de participação dos agricultores familiares, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Modalidades e suas descrições

Modalidade	Descrição
Compra e doação simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA)

PAA - Leite	Compra de leite após o processamento, sendo doado aos beneficiários consumidores, com objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar. Executado nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais
Compra direta	Compras definidas pelo GGPAA com objetivo de sustentação de preço, atendimento de demandas e constituição de estoques públicos.
Compra institucional	Aquisição voltada para o atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, Distrito Federal e municípios, utilizando recursos financeiros próprios.
Apoio à formação de estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público ou em forma de estoques.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A organização em diferentes modalidades fortalece o PAA como instrumento de inclusão produtiva, mas também aumenta sua complexidade, exigindo dos participantes domínio de normas e procedimentos. Assim, sua efetividade depende não apenas da base normativa, mas da articulação entre diretrizes institucionais e a realidade dos produtores.

As mudanças recentes indicam avanços, porém reforçam a necessidade de mediação por organizações coletivas, essenciais para viabilizar o acesso e ampliar o alcance das políticas públicas.

4.2. Digitalização do PAA: modernização e exclusão digital

A incorporação de tecnologias digitais no PAA representa um avanço na modernização da gestão pública, ao promover maior eficiência, transparência e padronização dos processos (BRASIL, 2026). Nesse contexto, plataformas como PAANet, SICAN e Gov.br passaram a estruturar etapas essenciais do programa, como cadastro de produtores, envio de propostas e acompanhamento das entregas, ampliando o controle institucional e a agilidade na execução (CONAB, 2026).

Entretanto, essa digitalização expõe limitações no acesso dos agricultores familiares, que muitas vezes não dispõem de infraestrutura, escolaridade ou familiaridade tecnológica. A exigência de uso de sistemas eletrônicos transfere responsabilidades que nem sempre correspondem às condições do meio rural, podendo gerar novas barreiras de participação. Assim, a modernização do PAA não elimina desigualdades, podendo até reproduzi-las, o que reforça a necessidade de mecanismos de mediação que aproximem o modelo digital da realidade dos produtores (BRASIL, 2025).

4.1. O papel da COOPARJA como mediadora

A crescente complexidade institucional e tecnológica do PAA evidencia que o acesso às políticas públicas não ocorre de forma automática, especialmente para agricultores familiares em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2026). Nesse cenário, a atuação da COOPARJA torna-se fundamental ao mediar as exigências do Estado e a realidade dos produtores.

Na perspectiva jurídica e administrativa, a cooperativa centraliza demandas como a elaboração de propostas, organização documental e gestão contratual, reduzindo a exposição

dos agricultores à burocracia e facilitando sua participação no programa. Já no âmbito tecnológico, a COOPARJA atua diretamente na operacionalização de plataformas como PAANet, SICAN e Gov.br, assumindo funções que, em muitos casos, seriam atribuídas aos próprios produtores. Esse processo evidencia que a digitalização do PAA, embora voltada à simplificação, também exige mediação para viabilizar seu acesso (CONAB, 2026). Dessa forma, a COOPARJA não apenas facilita o acesso ao programa, mas se configura como elemento essencial para sua efetivação, exercendo papel na superação de barreiras institucionais e tecnológicas e na ampliação do alcance das políticas públicas.

5. Considerações finais

Evidencia-se a importância do PAA na segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar, ao articular produção e consumo para populações vulneráveis. Ao longo do tempo, o programa passou por transformações institucionais e pela incorporação de ferramentas digitais, ampliando sua capacidade de gestão e transparência.

Entretanto, esses avanços também evidenciam desafios relacionados à inclusão digital e às exigências operacionais, indicando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo. Nesse contexto, a atuação da COOPARJA destaca-se ao facilitar o acesso dos produtores e fortalecer a inclusão produtiva. Assim, o fortalecimento do PAA depende tanto da continuidade de seus avanços institucionais quanto do investimento em inclusão digital e da valorização das cooperativas como parceiras na ampliação dos impactos da política pública.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf Acesso em: 05 de abril de 2026

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília: SECOM, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e- programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa Acesso em: 03 abril 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Compra Institucional – PAA. Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Compra_Institucional_PAA_3.pdf Acesso em: 03 abril 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Conab e MDS reafirmam parceria pelo fortalecimento do PAA e da agricultura familiar**. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/conab-e-mds-reafirmam-parceria-pelo-fortalecimento-do-paa-e-da-agricultura-familiar Acesso em: 01 abril 2026.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília: CONAB, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/conab/pt-br Acesso em: 07 abr. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Robert K. Yin; tradução: Cristhian Matheus Herrera. - 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015, 290 p.